



## **10º ENCONTRO ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIENCIA POLÍTICA**

**(De 30 de agosto a 02 de setembro, 2016, Belo Horizonte-MG)**

**Área Temática: Gênero, Democracia e Políticas Públicas**

**Desafios organizacionais das mulheres petistas: temas, embates, debates e disputas.**

**Carla Simara Ayres (UFSC)<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: [carlazzl@hotmail.com](mailto:carlazzl@hotmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6057470643261883>

## RESUMO

Este trabalho está inserido num esforço de pesquisa que se vincula à minha tese de doutoramento em Sociologia Política, pela Universidade Federal de Santa Catarina, que parte da resolução do 4º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) que instituiu a paridade de gênero para a composição das direções do partido em todos os níveis, e visa de modo geral identificar *quem são as mulheres recrutadas pelo partido para ocupar seus cargos de alto escalão*. Tal investigação se insere num escopo problemático mais amplo interessado em analisar aspectos potenciais do incremento da *qualidade das democracias contemporâneas*. Considerando que desde 1991 o PT possuía normativa interna garantidora de 30% de mulheres nos seus cargos de direções e, apesar do grau de dificuldade observada pelos(as) petistas para o cumprimento destas cotas, de lá pra cá o objetivo da maioria das mulheres, dentro do partido, foi conquistar a paridade como saída às reivindicações impostas pela desigualdade de gênero em âmbito social e, particularmente, da vida política, culminando na nova norma da paridade, que passou a valer a partir das composições formadas pelo Processo de Eleição Direta (PED-2013). Considerando ainda que a própria regra da paridade encontra dificuldades demasiadas de serem implementadas, pressupomos que as conquistas acumuladas pelas mulheres petistas, no que tange seu contexto de atuação no interior do partido, não foram isentas de embates, debates e disputas. Por este motivo, **o presente trabalho** visa contribuir com as discussões recorrentes acerca da desigualdade de gênero frente aos processos de participação e representação política nas democracias contemporâneas, pensando especificamente o caso da organização das mulheres do PT. E, diante das inúmeras interpretações – de um lado acerca da sub-representação das mulheres nos espaços formais de decisão, de outro das implicações desta realidade para as transformações concretas da subalternidade feminina no cotidiano –, **objetivamos neste paper**, pontuar aspectos da abordagem e representação das mulheres a partir da análise dos Boletins Nacionais e da Secretaria Nacional das Mulheres do Partido dos Trabalhadores. Grosso modo a análise empírica que desenvolveremos aqui têm como base duas fontes: i) vinte e nove (29) edições do “Boletim das Mulheres do PT”, e ii) doze (12) edições do informativo “PT Informa Mulheres”, ambos organizados pela Secretaria Nacional de Mulheres do partido, totalizando 41 edições entre os anos de 1991 e 2004. Com isso, pretendemos verificar os principais temas abordados pelas mulheres em disputa com o partido, e também com a sociedade. Atenção especial será dada as argumentações acerca das ações afirmativas (cotas) internas, bem como os diálogos relacionais entre atuação partidária e movimentos sociais de mulheres e feministas.

**Palavras-Chave:** Democracia representativa, cotas de gênero, Movimentos Sociais, Partido dos Trabalhadores

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho está inserido num esforço de pesquisa que se vincula à minha tese de doutoramento em Sociologia Política, pela Universidade Federal de Santa Catarina, que parte da resolução do 4º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) que instituiu a paridade de gênero<sup>2</sup> para a composição das direções do partido em todos os níveis, e visa de modo geral identificar *quem são as mulheres recrutadas pelo partido para ocupar seus cargos de alto escalão*. Esta investigação se insere num escopo problemático mais amplo interessado em analisar aspectos potenciais do incremento da *qualidade das democracias contemporâneas*.

Ainda que o debate sobre quem importa – **valores** ou **instituições** – seja amplo e inconcluso, parece pertinente supor que compreender as dimensões mais plurais de quem comanda as instituições é um caminho frutífero, em particular se tomarmos como ponto de partida umas das, ainda, mais significativas instituições democráticas: *os partidos políticos*. Se, considerarmos que qualidade da democracia pode ser definida como a avaliação de procedimentos, conteúdo e resultados de um regime calcado em sufrágio universal, eleições livre e competitivas entre partidos políticos, e fontes de informações alternativas (Diamond e Morlino, 2005; Rennó, 2011) – e que para tanto a igualdade política torna-se um pressuposto fundamental para seu provimento, uma vez que o grau de inclusão ao estado de direito torna-se fundamental para o sucesso e funcionamento dos regimes democráticos – então, de acordo com O'Donnell (2005), por exemplo, é imprescindível que as leis e o acesso às instituições não discrimine grupos específicos – como raça, etnia, gênero ou qualquer outro – limitando-os assim aos recursos necessários à participação e capacidade de influência nas tomadas de decisões.

Sobre isso, R. Dahl (2008), em sua obra *La igualdad política*, dedica-se exaustivamente em delinear e compreender os obstáculos para a igualdade política. Para ele, são seis as barreiras fundamentais: i) a distribuição de recursos, habilidades e incentivos políticos; ii) os limites de tempo; iii) o tamanho dos sistemas políticos; iv) a preponderância das economias de mercado; v) e existência de sistemas internacionais nem sempre democráticos; vi) as crises severas. Como veremos mais adiante, para nossas discussões interseccionais às desigualdades de gênero, interessa-nos

---

<sup>2</sup> Ainda que não conste em seu estatuto, na prática, desde meados dos anos 2000 – a partir da criação do Setorial LGBT do PT, vinculado à Secretaria de Movimentos Populares – o partido trabalha com a perspectiva de gênero/identidade de gênero.

particularmente as considerações do autor acerca dos dois primeiros tópicos – a *distribuição de recursos* e os *limites do tempo*.

Os questionamentos mais específicos que conduzem nossa tese nos parecem estar nitidamente inseridos numa fronteira que articula ao menos três frentes de estudos da Ciência Política. A princípio, como já foi dito, às discussões concernentes à qualidade da democracia. Em segundo lugar, às discussões sobre a organicidade dos partidos político, como atores vinculados à reprodução ou estratégia de superação de desigualdades, buscando compreender então tanto seus mecanismos de recrutamento, quanto o perfil de quem os dirigem, neste caso as mulheres que teriam, por assim dizer, rompido barreiras. Por fim, o trabalho se filia, mais especificamente, aos estudos brasileiros acerca do Partido dos Trabalhadores<sup>3</sup>, por seu marco e pioneirismo na adoção de ações afirmativas pró-igualdade de gênero na política.

Desde 1991 o PT possuía normativa interna garantidora de 30% de mulheres nos seus cargos de direções e, apesar do grau de dificuldade observada pelos(as) petistas<sup>4</sup> para o cumprimento destas cotas, de lá pra cá o objetivo da maioria das mulheres, dentro do partido, foi conquistar a paridade como saída às reivindicações impostas pela desigualdade de gênero em âmbito social e, particularmente, da vida política, culminando na nova norma da paridade, que passou a valer a partir das composições formadas pelo Processo de Eleição Direta (PED-2013).

Os dados analisados até o momento mostram que apenas em três estados o PT conseguiu cumprir a regra da paridade *na composição dos diretórios*, são eles: Rio Grande do Sul (50,8%), Santa Catarina (50%) e Bahia (50%); em outros seis observamos um descumprimento favorável às mulheres: Roraima (51,5%), Tocantins (53,6%), Mato Grosso do Sul 51,1%), Ceará (54,4%), Piauí (53,3%) e Espírito Santo (53,2%); sendo que os demais apresentam um descumprimento das cotas (favorável aos homens), cuja maior taxa de mulheres é 40,9% no estado de São Paulo. Considerando que efetivamente a instância partidária que detém mais poder de decisão são as Comissões Executivas – CE (Ribeiro, 2010), a discrepância na

---

<sup>3</sup> Importante destacar que os estudos partidários acerca especificamente do Partido dos Trabalhadores, integra hoje uma verdadeira rede específica de politólogos. Levantamento recente realizado pela Fundação Perseu Abramo dão conta de mais de 1,2mil livros sobre o PT, publicados em todo o mundo entre 1978 e 2002 - [http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/pt\\_bibliografia\\_1ed-3.pdf](http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/pt_bibliografia_1ed-3.pdf)

<sup>4</sup> De acordo com dados levantados pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo junto aos delegados e delegadas do PT em seus Encontros Nacionais e Congressos, a proporção de delegados que reconheceram a existência de algum grau de dificuldade em se atingir os 30% de mulheres nas direções partidárias foi de 81,5% em 2007 e 70,8% em 2010. Os petistas presentes no 3º CN mostram ainda maior criticidade em relação ao preenchimento das cotas, em particular do desagregado da questão sobre uma “grande dificuldade” – 43,3% em 2007 e 29,6% em 2010.



participação feminina nestas esferas aparece de forma mais significativa, uma vez que em seis estados simplesmente não há mulheres nas CE, em outros sete a taxa de mulheres é inferior aos 30% já determinados na normativa anterior e apenas seis deles apresentam paridade de gênero nas CE.

Tais dados revelam que as conquistas acumuladas pelas mulheres petistas, no que tange seu contexto de atuação no interior do partido, não foram isentas de embates, debates e disputas. Por este motivo, **o presente trabalho** visa contribuir com as discussões recorrentes acerca da desigualdade de gênero frente aos processos de participação e representação política nas democracias contemporâneas, pensando especificamente o caso da organização das mulheres do PT. E, diante das inúmeras interpretações – de um lado acerca da sub-representação das mulheres nos espaços formais de decisão, de outro das implicações desta realidade para as transformações concretas da subalternidade feminina no cotidiano –, **objetivamos neste paper**, pontuar aspectos da abordagem e representação das mulheres a partir da análise dos Boletins Nacionais e da Secretaria Nacional das Mulheres do Partido dos Trabalhadores.

Grosso modo a análise empírica que desenvolveremos aqui têm como base duas fontes: i) vinte e nove (29) edições do “Boletim das Mulheres do PT”, e ii) doze (12) edições do informativo “PT Informa Mulheres”, ambos organizados pela Secretaria Nacional de Mulheres do partido, totalizando 41 edições entre os anos de 1991 e 2004. Vale frisar que adotamos tal recorte, pois o material a que tivemos acesso junto ao Centro de Memória Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo (CMSBH-FPA) nos limita a ele. Outrossim, este período abarca marcos importantes não só da história da organização das mulheres no interior do partido, como também de conquistas das mulheres frente ao sistema político-partidário brasileiro, tais como: a] implementação das cotas de 30% de mulheres nas direções petistas; 2] aprovação da Lei Federal 9.100/1995, que estabeleceu 20% de mulheres nas chapas eleitorais; 3] Conferência Mundial de Mulheres em Beijim; 4] atualização da lei de cotas - 9.504/1997 – passando de 20% para 30%; 5] eleição de Lula e criação da Secretaria Nacional de Política para Mulheres; 6] 1ª Conferência Nacional de Mulheres;

Com isso, pretendemos verificar os principais temas abordados pelas mulheres em disputa com o partido, e também com a sociedade. Atenção especial será dada as argumentações acerca das ações afirmativas (cotas) internas, bem como os diálogos relacionais entre atuação partidária e movimentos sociais de mulheres e feministas. Por fim, justificamos o uso de tal material por se tratar de dois veículos de



comunicação interna das mulheres petistas, que segundo elas próprias “têm o objetivo de aprofundar o debate da atuação das mulheres no partido” (PT Informa, 1995). Reconhecemos aqui se tratar de uma leitura a partir do olhar das próprias mulheres sobre os fatos ao longo dos anos, conforme registrados, disputados e avaliados no transcorrer da história. Por este motivo não estamos imunes à parcialidade da leitura, mas entendemos que elas, como atrizes de sua própria história têm a legitimidade de contá-la. Alertamos ainda que não pretendemos apresentar a história de forma burocrática, a partir de uma análise número e número dos materiais lidos. Pretende-se, sim, elencar os temas e elucidar – quando se mostrarem evidentes – as disputas e os debates.

## **2. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES**

Discutir a participação das mulheres no âmbito da política formal é sempre um desafio, pois trata-se de um debate que envolve a ampliação da cidadania a partir do reconhecimento da diversidade e dinamismo dos atores políticos, sobretudo da superação dos espaços histórico e culturalmente definidos como específicos de homens e mulheres (Pateman, 1993; Araújo 2012, Prá, 2012). Diante disso, a agenda de pesquisa envolvendo a participação e representação feminina na política ganhou peso no Brasil a partir do período pós-redemocratização. Celi Pinto (1994) afirma que frente a conquista do Estado Democrático de Direito, a história e as lutas sociais dos movimentos sociais, em especial dos movimentos de mulheres e feministas, agora em diálogo com o “campo político institucional” deveriam responder ao questionamento sobre “quais são as possibilidades de as democracias representativas assimilarem os novos sujeitos sociais surgidos a partir destes movimentos?” (Pinto, 1994, p. 256).

Esta questão pode ser pensada a partir de duas chaves interpretativas principais. A primeira, que discute a limitação dos recursos e capital político das mulheres como consequência de um processo histórico no qual o centro da problemática se forma pela dualidade entre as esferas públicas e privadas e qual lugar as mulheres ocupam nesta estrutura. Isto por que, as atividades cotidianas da vida privada limitam as condições de participação política das mulheres por restringirem a disponibilidade de tempo a ser dedicado às atividades políticas (Phillips, 1996, p. 87-88), o que não significa necessariamente menor interesse das mulheres pela vida pública (Lüchmann e Almeida, 2009). Para Flávia Biroli (2013) a separação histórica que relega aos homens o domínio do mundo público e às mulheres o cuidado das

atividades domésticas é “uma das bases para a alocação desigual dos recursos de oportunidades para que os indivíduos tomem parte, como iguais, na sociedade em que vivem”, de modo que “em um circuito completo de acúmulo de desvantagens, a participação das mulheres no mundo do trabalho e no mundo da política é reduzida, ou marcada por obstáculos e expectativas que se desdobram do seu ‘pertencimento’ à vida privada, doméstica, familiar”. Assim, “a participação das mulheres na política, mais especificamente, é comprometida por uma socialização que inibe a ambição política e atribui responsabilidade pela vida doméstica às mulheres” (Biroli, 2013, p. 133).

E a segunda, não dissociada da anterior, que foca esforços sobre os limites institucionais da sub-representação das mulheres nos espaços de poder formal. Esta abordagem ganhou força notória em particular após a implementação das cotas femininas em dezenas de países a fim de superar os limites da democracia representativa visando uma maior equidade participativa entre homens e mulheres (Rule, 1994; Araújo, 1999). Diferentes análises ao longo destes anos têm mostrado que apesar do estabelecimento das cotas partidárias de 30% de candidaturas femininas o sistema partidário brasileiro ainda apresenta alguns problemas quanto a isto: a) os partidos políticos apresentam dificuldade no cumprimento destas cotas, ou; b) para se atingir a meta estabelecida usam de critérios pouco claros de seleção, em geral utilizando-se de exigências de um profissionalismo político pouco encontrado dentre as mulheres devido à sua histórica ausência do ambiente político; c) fator que incorre na maioria das vezes na presença das mulheres apenas como “tampão” de chapas, o que por consequência gera outro problema; d) a ainda não superada baixa representação das mulheres nos espaços de poder pela falta de incentivo ao voto em mulheres (Araújo, 1999; 2001; Matos, 2010).

Em que pese as reticentes contribuições de autoras como Lúcia Avelar (1989, 2001, 2007) e Clara Araújo (2001, 2005, 2010) no sentido de afirmar o peso das dinâmicas internas aos partidos políticos para construção de candidaturas de mulheres, esta dimensão ainda possui pouca atenção de nossas investigações. Concordamos com os argumentos que vêm na maior participação feminina na vida organizativa das agremiações partidárias um elemento a mais não só no incremento de seu capital político, mas sobretudo na possibilidade de tornar as organizações mais simpáticas e incentivadoras das campanhas de mulheres. Isso, por que segundo Schattschneider (1942, p. 101), citado por Norris (2013) “o processo de indicação tornou-se o processo crucial do partido. Aquele que pode fazer as indicações é o dono



do partido”. Norris (2013), acredita que estratégias de igualdade de gênero, por meio de “políticas de discriminação positiva para aumentar a participação de mulheres até que a paridade de gênero seja atingida”, como por exemplo “cotas de gênero voluntárias nos cargos partidários” é uma alternativa relevante para que mais mulheres e candidatem e, inclusive, consigam ser eleitas (Norris, 2013, p. 16 e 17).

Estudo local, recente, corrobora com argumento da autora no sentido de que entender disputas eleitorais – e portanto aqui, a sub-representação de mulheres – demandam mais que a compreensão restrita ao momento do pleito. O processo de recrutamento político se caracteriza como uma das principais funções dos partidos políticos, e por isso, Barreira e Gonçalves (2012) – ao analisarem as percepções de mulheres e dirigentes partidárias em doze legendas no estado do Ceará – chama a atenção de que

*A executiva do partido constitui o setor mais decisivo no momento da composição da lista de candidaturas. O fato de as mulheres aí não estarem em número suficiente e, portanto, não influenciarem as principais decisões quanto à seleção de candidaturas, distribuição de recursos financeiros, tempo destinado no horário eleitoral e apoio logístico às campanhas constituem fatores que certamente reproduzem a dinâmica desigual da representação de gênero (Barreira e Gonçalves, 2012, p. 10-11 – grifos nossos).*

Defendemos, portanto, que as análises acerca da sub-representação política de mulheres abarquem com maior atenção mais esta variável institucional do processo. O argumento segue a lógica presente nas formulações de Anne Phillips (2001) sobre a “política da presença”. Concepção a partir da qual grupos minoritários precisam estar representados em espaços de decisão, prestação de contas e participação para que seus interesses sejam levados em consideração. Poderíamos, então, supor que a maior presença de mulheres em instâncias diretivas dos partidos políticos venha a impactar positivamente, se não os resultados eleitorais, ao menos em disputas eleitorais mais equânimes? A resposta para este questionamento está para além dos limites deste trabalho, mas entendemos como peça chave nos desdobramentos de estudos sobre o tema.

Esta perspectiva não anula pontos de vistas que alertam para o fato de que as organizações partidárias congregam em si a contradição própria da sociedade a partir da qual se desenvolvem, pois como pondera Avelar (2007, p. 106) “os partidos políticos vêem as mulheres como competidoras por espaço na luta pelo poder, equipadas com uma força ideológica imponderável, por que o feminismo atravessa todas as classes sociais e os idenários partidários, ameaçando os interesses específicos das agremiações”; ou como alerta Clara Araújo (2005)



para compreendermos o que ocorre com a participação das mulheres nos partidos e nas rotas de ingresso aos cargos eletivos de representação política, faz-se necessário considerar, simultaneamente, sua dimensão histórica, ou seja, a exclusão das mulheres no advento da condição de cidadãs e da ordem política moderna; as manifestações culturais – *atitudes e práticas preconceituosas ou explicitamente discriminatórias que envolvem as relações de gênero em geral e que se reproduzem, também, no interior dos partidos políticos* (Araújo, 2005, p. 193 – grifos nossos).

Também não se exclui aqui questionamentos como os de Celi Pinto (1994, p. 261) que ainda permanecem atuais e pertinentes quando tratamos dos dilemas da democracia representativa e a absorção de demandas. Vale ainda questionarmos, neste caso “como os temas gestados no interior dos movimentos sociais tornam-se presentes na agenda política?”. Para a autora, “pensar na total separação entre o campo político e as esferas organizadas da sociedade civil seria insensato”. Os avanços da pauta das mulheres e dos feminismos em algumas áreas e o ainda pífio espaço que conquistamos nos espaços de representação, se comparado com outros países do globo, tornam o dilema posto pela autora ainda atual.

Nas seções seguintes tomamos como estudo de caso a trajetória de organização das mulheres no interior do Partido dos Trabalhadores a fim de ilustrar e buscar entender vossos argumentos, narrativas e estratégia ao que tange ao menos dois dos aspectos discutidos até aqui: a] a relação entre o movimento social de mulheres e a organização de mulheres no interior do partido, a partir do contexto da redemocratização; b] a defesa pela adoção de políticas afirmativas no interior do partidos a fim de reservar maior espaços de mulheres nas direções partidárias.

### **3. ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES PETISTAS**

#### **Debates fundacionais**

Se é verdade, como afirma Ribeiro (2010) que o PT se constitui como um partido *híbrido* – por apesar de ter se “ajustado ao sólido terreno estatal” trata-se de um dos poucos partidos nacionais que ainda consegue “nadar na sociedade civil” (Ribeiro, 2008, p. 172) –, esta sua característica parece mesmo se estender para todos os setores da legenda. Ao menos é o que transparece aos olhos quando nos empenhamos numa análise mais detida acerca da participação e organização das mulheres petistas. Isto por que o dilema da relação das mulheres petistas com o movimento de mulheres, tal qual exposto no item anterior, esteve postos para estas



militantes desde seus primeiros passos rumo à organização interna. Note-se que pelo menos até o 3º Encontro Nacional que elas realizaram o nome do evento chamou-se “1º/2º/3º Encontro Nacional do PT sobre o(n) Movimento de Mulheres”, nos anos de 1982, 1988 e 1991, respectivamente.

Vale lembrar que o próprio debate da relação entre *Partidos e Movimentos Sociais* é vasto tanto no interior destas duas esferas, como também junto às análises da intelectualidade interessada sobre o tema. Ao que tange especificamente o movimento de mulheres, frisa-se o fato de que no Brasil vossa organização ganha contornos efetivos a partir dos anos 1960 com atuação ainda mais contundente nas décadas seguintes na luta contra o Regime Militar (Avelar, 2007). Grosso modo, as mulheres que passaram a compor as fileiras feministas do Partido dos Trabalhadores eram provenientes de vários anos de atuação no movimento social. Como bem destaca Tatau Godinho (1998, p. 15)

No Brasil, o feminismo atual é contemporâneo do movimento de luta contra ditadura, de reorganização popular e da esquerda. É neste mesmo processo que surge também o PT. (...) Parte significativa das ativistas que se dedicaram à construção do movimento, a luta pela libertação das mulheres, não poderia deixar de ser parte integrante de um projeto socialista, nas múltiplas visões existentes desse projeto. (...) É nessa busca de identidade entre o projeto político do Partido dos Trabalhadores e uma visão de luta pela libertação das mulheres que nasce e se desenvolve o feminismo no PT.

Por consequência o que se observa já no relatório do 1º Encontro Nacional de Mulheres do PT (ENM-PT) são as discussões do evento em torno de dois itens principais “O PT e o Movimento de Mulheres” e “A organização das mulheres no PT”, de modo que se de um lado “apontou-se consensualmente (...) que qualquer luta levantada por mulheres *pode ser encarada do ponto de vista feminista* e, portanto, assumida pelo Movimento de Mulheres”; por outro “a questão da autonomia do(n) movimento de mulheres” foi a mais discutida e a que apresentou o maior “conjunto de dúvidas e polêmicas (...) em particular quanto à relação entre o Partido e o Movimento” (Relatório do 1º ENM-PT, Revista Perseu, 2013, p. 109-110 – grifos nossos).

Trechos do Relatório do 1º ENM-PT (Rev. Perseu, 2011, p. 110) revelam duas posições divergentes entre as militantes quanto ao tema que se resumem basicamente como segue:

1) *“Não defendemos um partido-reflexo, ou seja, um partido que simplesmente reflita o movimento, mas pensamos que o Partido é um instrumento que articula as políticas o movimento dentro de um projeto global de transformação social, sem substituir os movimentos nem bloquear suas iniciativas. (...)*

*Da mesma forma, nossa atuação no movimento está vinculada por essa perspectiva política que temos enquanto militantes do PT. Nosso respeito à autonomia*



*do movimento significa que lutamos dentro dele, não nos diferenciamos qualitativamente, nem pretendemos impor nossas propostas”.*

2) *“O PT, enquanto um partido que visa a transformação radical da sociedade, do ponto de vista dos trabalhadores, nasceu da politização e da necessidade dos trabalhadores e setores oprimidos de terem sua organização política nacional independente. Assim sendo, o PT não só absorve as bandeiras legitimamente levantadas pelos movimentos sociais, bem como sintetiza, fazendo-se avançar, e coloca suas propostas políticas para o movimento com a clara perspectiva de politiza-lo e de fazê-lo avançar organicamente pela base, e democraticamente. (...) Essa perspectiva do PT também se coloca para o Movimento de Mulheres (...)”*

O dilema da autonomia consistia em onde e como reconhecer o *locus legitimo da formulação das demandas* das mulheres. Para Pinto (1994), que refletiu sobre o tema em contexto similar às discussões no próprio PT, o princípio de autonomia dos movimentos sociais não desobrigaria o campo político de incorporarem suas demandas. Pelo contrário, é esta relação e democratização dos processos de participação e formulação entre um e outro que podem garantir que os “interesses particularizados” se transformem em interesses gerais absorvidos pelo campo da política. Anos mais tarde Avelar (2007) chama atenção para no quão valioso se transformou os processos de interação das diferentes experiências participativas e seus impactos sobre as instituições representativas. Para ele “o amadurecimento das lutas feministas é que propiciou autonomia aos movimentos de mulheres”.

Ainda que a autora mantenha certo pessimismo quando incorporação das mulheres aos espaços tradicionais de participação, como os próprios partidos, não podemos negar que as mulheres que junto deles desenvolvem estratégias de luta guardam experiências valiosas. Como nos parece o caso das mulheres petistas. Ainda sobre aquele primeiro encontro, o consenso das pautas debatidas esteve centrado no entendimento sobre: a) “a necessidade de as mulheres se organizarem pela base (...) a partir da construção de movimentos e de suas lutas” e b) “a necessidade de as petistas se organizarem internamente (ao partido)” a partir de Comissões de Mulheres do PT, com vistas a assessorar todas as instâncias do partido e instrumentalizar as militantes petistas para atuarem nos movimentos de mulheres.

A partir disso, é pertinente questionarmos então, *como tais empasses se resolveram ou se desenrolaram ao longo dos anos? É possível dizer que uma das duas posições de atuação acima citadas fora “vitoriosa”?*

Ao que tudo indica, o debate acerca da organização interna parece ter resguardado fôlego significativo ao menos no decorrer dos primeiros anos do PT, provavelmente pela dificuldade real da superação das contradições orgânicas de um



partido que mesmo se apresentando como esquerda carregava – e ainda carrega – resquícios das estruturas de desigualdade da sociedade em geral, em especial às desigualdades de gênero, o machismo, as relações estruturalmente patriarcais. Isto por que o tensionamento entre o feminismo e as esquerdas é uma questão bastante conhecida e denunciada pelo movimento social (Godinho, 1998; Avelar, 2007). Por este motivo o 2º ENM-PT realizado em 1988 reiterou o ambiente partidário adverso à participação das mulheres.

Como aponta Santos (2009, p. 70), durante o 2º ENM-PT “municadas de argumentos teóricos e de constatações difíceis de serem refutadas, as petistas denunciaram contundentemente a existência de uma hegemonia masculina no interior do partido, que se refletia na hierarquização das relações de poder”. Segundo o autor, no entanto, este aspecto não foi isento – mais uma vez – de divergências. De um lado um grupo de “petistas sustentou que o reconhecimento da condição da mulher pelo conjunto do partido passava pela institucionalização de uma Secretaria Nacional de Mulheres, integrada à estrutura organizativa, com poderes e condições de atuação”, pleiteando assim mais espaços de poder e decisão interna; de outro, um segundo grupo que “desejava salvaguardar as formas de organização horizontalizadas e descentralizadas, em que a rotatividade e o não monopólio da palavra eram intrínsecos às organizações feministas”, para estas mulheres “o foco na criação de secretarias se revelava um equívoco de estratégia” pois “alertavam para o perigo da sedução dos modelos organizativos baseados nos valores masculinos”. (Santos, 2009, p. 71).

Ao adentrar a década de 1990 o PT já se apresentava como um partido eleitoral e o contexto nacional era bem diferente daquele que dera origem à agremiação na década anterior. Assim, o 3º ENM-PT aconteceu em 1991 como etapa preparatória para o 1º Congresso Nacional do PT. Se de um lado, as mulheres presentes trataram de reconhecer os avanços de vossa atuação ao longo dos anos ao que tangia o debate sobre o feminismo e potencialidade de influencias as discussões sobre as políticas públicas das administrações petistas eleitas até aquele momento, por outro lado as críticas ao machismo e discriminação interna se mantiveram, não à toa a proposta da adoção de ações afirmativas no interior do partido, que não apresentara adesão significativa durante o 2º ENM-PT, voltou a ser discutido a fim de garantir ações concretas para garantir maior presença das mulheres nas direções partidárias e ampliar a democracia interna do partido.



Foram seis (6) os principais pontos neste sentido: ***I – Princípios gerais e democracia interna: construindo um partido democrático também para as mulheres***, em que falou-se genericamente sobre a garantia das participação das mulheres nos organismos de direção; ***II – Organização das mulheres no Partido dos Trabalhadores***, em que levou-se para o Congresso do PT a posição vencedora de construção e implementação de uma Secretaria Nacional de Mulheres do PT a fim de “unificar as formas e organização e de intervenção das mulheres do PT e contribuir na elaboração das políticas e decisões do Partido”; ***III – Garantir a presença das mulheres nas direções partidárias***, perspectiva a partir da qual defendia-se que “garantir a presença mínima de mulheres nos organismos de direção” seria “uma condição essencial para que o partido na sua prática e vida cotidiana, a exclusão das mulheres da vida partidária e pública”, sendo assim o indicativo era para cota mínima de 30% de mulheres nos diversos níveis e instâncias de representação interna do PT; ***IV – Dos encontros e convenções: criar condições para todos os petistas participarem***, como por exemplo a organização de creches durante a realização dos eventos; ***V – Formação política: construindo dirigentes homens e mulheres, reescrevendo a história dos excluídos***, ponto que apresentava o entendimento de que a formação política é um instrumento de construção das condições de igualdade entre os militantes, de modo que deveria “ser garantido o acesso das mulheres a todos os espaços de formação política geral do partido”; por fim ***VI – Comunicação partidária sem preconceito***, em que se indicava aos organismos de comunicação a abordagem sistemática de “temas relacionados à luta das mulheres” com o “objetivo de ampliar a assimilação do feminismo pelo PT”.

A necessidade de ampliar a oportunidade de influenciar as decisões partidárias, a construção de políticas e os eixos comunicativos advêm do objetivo mais amplo, já pontuado desde o 1ºENM-PT, de combater todas as formas de opressão, entendendo que a opressão específica da condição da mulher “faz parte da opressão geral”, de tal modo que segundo as petistas não existiria uma “contraposição entre a *luta geral* e a *luta específica*, por que a questão da mulher permeia todos os problemas da sociedade” (Relatório do 1º ENM-PT, Revista Perseu, 2013, p. 109). Sendo assim, *quais foram os temas específicos priorizados e debatidos frente a disputa da luta geral da sociedade? E como se encaminharam as questões organizativas das mulheres petistas?*



## Vitória das Mulheres no 1º Congresso – as cotas de 30% ampliam a democracia interna?

Não sem debate ou divergências de várias ordens as chamadas Cotas Internas de 30% de mulheres para direções de todos os níveis do PT fora aprovada durante o 1º Congresso do Partido. A legitimidade desta iniciativa colocou em debate a própria concepção de *democracia interna* tão cara ao próprio partido, bem como seu caráter inovador de vinculação aos movimentos sociais. Sobre estes vieses é que as mulheres argumentaram que seria ele o ator com “campo profícuo para se questionar a desigualdade de representação entre homens e mulheres” (Godinho, 1998, p. 152).

A falta de consenso<sup>5</sup>, porém, não impediu que a conquista fosse reconhecida como uma vitória das mulheres que pela primeira<sup>6</sup> vez em 11 anos conseguiam incluir os temas das mulheres como pontos a serem debatidos por todo o partido. De modo que, se para uma parcela das mulheres como a presidenta do Sindicato dos Professores de Osasco, Maria José Favarão, “Ter 30% de mulheres no comando não vai mudar nossas decisões”, pois não de poderia “dividir o PT”; para outro grupo seria justamente a inserção destas mulheres nas direções que daria voz às suas demandas e poderia produzir um discurso pela igualdade. Discurso este que, segundo elas, seria a possibilidade de transformar não só a realidade interna do partido, mas incidir na formulação dos programas eleitorais das candidaturas e das gestões petistas a fim de garantir “a implantação de um projeto feminista nas cidades administradas pelo PT”, transformando o “reconhecimento da situação de opressão e desigualdades das mulheres” em “propostas e medidas efetivas dos governos petistas de combate a esta discriminação” (PT Informa Mulheres, 1992).

Dois desafios estavam assim lançados. O primeiro que consistia *em garantir que o máximo de diretórios atingisse os 30% de mulheres nas direções* fora contemplado apenas em partes, pois No ano de 1992, quando o PT elegeu representantes para seus diretórios municipais e zonais, apenas 80% deles atingiram as cotas de 30% (PT Informa Mulheres, maio de 1993). No entanto, se nos basearmos

---

<sup>5</sup> A proposta não foi aprovada em todos os Encontros Estaduais e Mulheres, tendo saído vitoriosa apenas do Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Goiás e Paraíba.

<sup>6</sup> Na avaliação do Congresso apresentado pelas Mulheres pelo Boletim das Mulheres do PT de dezembro de 1991, elas comemoram; “ninguém pode negar que este 1º Congresso do PT teve uma marca: a presença e as propostas das mulheres. Pela primeira vez um Encontro Nacional do PT mobilizou seu plenário para votar propostas das mulheres”, isto por que até aquele momento o partido já havia realizado sete (7) Encontros Nacionais.





nos números do Diretório Nacional (DN), por exemplo, o impacto número das cotas fora significativo, posto que até 1991 a presença de mulheres chegou no máximo a 8.7% em sua primeira composição (Godinho, 1998; Pinho, 2016). O segundo desafio consistiu em *contribuir para as propostas eleitorais com as pautas das mulheres*, de modo que a sub-secretaria apresentou uma carta que continha “13 pontos com os quais os candidatos petistas devem se comprometer” junto a luta contra a discriminação das mulheres; e “13 erros que o candidato petista não deve cometer e lembranças que deve ter” para evitar, segundo elas, a reprodução de preconceitos junto à imprensa e nas campanhas<sup>7</sup>.

As duas pautas estiveram presentes também às vésperas das eleições presidenciais de 1994. Num Seminário Nacional de Avaliação das Ações Afirmativas de Programa de Governo do PT que a Sub-Secretaria de Mulheres realizou em 1993, as petistas destacaram que “a aplicação de uma ação afirmativa nas direções têm vários aspectos positivos” agrupados em cinco (5) blocos: I – assegurar mais espaço para as mulheres no partido; II – proporcionar o aprendizado político das mulheres; III – despertar as mulheres para a discriminação e para reivindicar o poder; IV – levar o PT a reconhecer a discriminação de gênero; V – garantir mais poderes para as mulheres. No entanto, elas encontravam até aquele momento mais pontos de “problemas e dificuldades” para “aplicação da política de ação afirmativa”: i – enfrentamento à cultura machista no PT; ii – dificuldade de sustentar as mulheres nas direções; iii – reprodução da discriminação por parte do PT; iv – falta de unidade das mulheres em torno da política afirmativa; v – falta de confiança das mulheres em si mesmas; vi – dificuldade de implementar as políticas complementares de ação afirmativa; vii – dificuldade de operacionalizar as cotas.

Isto por que, conforme destacou Godinho (1994, p. 151), a ausência de mulheres em direções partidárias de modo geral “expressa um processo de divisão sexual de trabalho, papéis e funções, já bastante discutidos no movimento de mulheres, que colocam barreiras a entrada das mulheres nas esferas de poder público”, como já discutimos anteriormente. A autora afirma ainda que “o quadro da presença das mulheres na direção nacional do PT, anteriormente a política de cotas, denuncia esse procedimento. Certamente uma lógica de exclusão funda-se em desigualdades sociais que estão além do partido político”, fato que também já alertara Okin (2008, p. 314) ao apontar que “o que acontece na vida pessoal, particularmente

---

<sup>7</sup> De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral, nas eleições municipais de 1992 o Partido dos Trabalhadores elegeu nomes para apenas 54 cidades.





nas relações entre os sexos, não é imune em relação à dinâmica de poder, que tem tipicamente sido vista como a face distintiva do político”.

Muito provavelmente por compreender que esta faceta seria um aspecto penoso a ser superado internamente, e que os desafios das mulheres junto à agremiação demandam esforços vários, o debate acerca das cotas foi ao longo dos anos 1990 se não perdendo fôlego, ao menos abrindo espaço estratégico para outros temas. Objetivamente o editorial do nº 22 do Boletim da Secretaria Nacional de Mulheres do PT, de dezembro de 2001 dá pistas para isto. Passados 10 anos desde aprovação das ações afirmativas para as direções petistas as mulheres afirmam que

“a política de cotas por si só, não garante a efetiva participação das mulheres e nem a discussão do feminismo e da opressão de gênero no partido. (...) É preciso garantir que estas políticas sejam uma realidade no PT; isso significa investirmos também em políticas de cotas em todos os espaços do partido, *na implementação de políticas públicas que visem a equidade de gênero em nossas administrações* e fortalecer as secretarias estaduais e nacional de mulheres do partido”. (Editorial do BOLETIM, nº 22, dezembro de 2001- grifos nossos).

Vejamos, pois, mais adiante como tais aspectos se relacionam.

### **“A Cota Sozinha não Basta” – temas, estratégias, velhos e novos dilemas**

A incursão institucional que marcou a trajetória petista ao longo da década que sucedeu sua fundação empregou também às mulheres a responsabilidade em demandar. Aliás, fica evidente que a organização interna das mulheres, as formulações e debates que empreenderam junto ao PT tinham como finalidade construir pontes para transformação social no que tange a melhoria da vida das mulheres. Não a toa três aspectos se reforçam e ganham a cena no debate das petistas nos anos 1990: 1) um retorno ao debate conceitual e articulador com os Movimentos Sociais de Mulheres; 2) estratégias de incidência nas gestões petistas e elaboração de políticas públicas pró-equidade de gênero; 3) reflexão sobre o feminismo petista.

Às vésperas das eleições de 1994 as mulheres petistas se posicionavam frente a um conceito de cidadania que, segundo elas, parte de uma “construção e de uma condição coletiva” entre homens e mulheres “sublinhando que tal relação de equivalência não elimina diferenças” e, por este motivo “as respostas às demandas específicas das mulheres devem vir acompanhadas da reconstrução da estrutura e concepção das políticas públicas”. Para elas dever-se-ia ocorrer uma redefinição do



papel social do Estado a fim de se tratar “desigualmente os desiguais” por meio de um “Plano para Igualdade de Gêneros”, que consistiria num “conjunto de ações afirmativas para se atingir a efetiva diferença de oportunidades”.

Nesta perspectiva, as mulheres petistas apontavam que para se pensar um país de homens e mulheres livres e iguais seria preciso “o reconhecimento da desigualdade a partir não apenas do diagnóstico da situação das mulheres, mas também, e fundamentalmente, a partir de uma nova divisão do que são os direitos e papéis sociais de homens e mulheres e do compromisso do governo em alterar o padrão de intervenção do Estado visando eliminar estas desigualdades”. Seria esta uma estratégia delas de dar às suas demandas contornos de interesses gerais a fim de serem, na prática, absorvidos pelo campo da política, como indicou Pinto (1994)? Dois aspectos parecem responder positivamente esta questão: [1] *a articulação das mulheres petistas com os movimentos sociais de mulheres* a fim de [2] *demandar e influenciar políticas públicas*. Isto por que desde a Eco-92 o movimento de mulheres brasileiro passou a se organizar e se articular numa rede de discussões e estratégias dos movimentos internacionais de mulheres.

O primeiro indício disto é a própria noção do **Plano para Igualdade**, que aparece pela primeira vez nestes nossos registros em Abril de 1994 e torna a aparecer no segundo semestre do mesmo ano quando do relato da participação de representantes petistas no Fórum de Mulheres Políticas do Cone Sul ocorrido em junho de 1994 em Buenos Aires. No ano seguinte as mulheres petistas relataram participar também da Conferência Mundial de Mulheres em Pequim, evento no qual o movimento de mulheres brasileiro empunhou uma “Carta das Mulheres Brasileiras à Pequim” denunciando o neoliberalismo e os processos de privatizações, bem como enfatizando que o desenvolvimento nacional pela lógica de mercado seria incompatível com a seguridade dos direitos humanos das mulheres.

Seguiram-se ainda a participação das mulheres petistas no *Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe* que aconteceu em Santiago do Chile em novembro de 1996, além da participação junto ao *Encontro de Solidariedade entre Mulheres em Cuba*, realizado em Havana em abril de 1998, cujo legado fora delimitar nitidamente a posição das mulheres do PT como **feministas socialistas**, pois segundo elas

“a luta pela libertação das mulheres é um aspecto fundamental da luta de todos os oprimidos para construir uma nova sociedade. Nunca é demais lembrar que a opressão das mulheres, embora não tenha surgido com o capitalismo, foi assimilada por ele como um dos pilares de sua dominação (...) Por isso é fundamental avançar na construção de um movimento de mulheres e manter a organização para que



diferentes setores dos trabalhadores compreendam o papel fundamental da luta pela libertação das mulheres num projeto de construção de uma sociedade sem exploração e sem opressão, e se engajem nesta luta” (PT Informa, 1998).

Esta concepção de feminismo já vinha se delineando ao longo de toda década de 1990, sendo que em diferentes momentos e encontros o tema foi abordado. Durante o 6º ENM-PT (1997), elas já pontuavam o reconhecimento de que “o Estado não é neutro do ponto de vista de gênero, classe e raça” e assinalavam a necessidade de uma “política radical de alteração desta lógica discriminatória do Estado e na sociedade” de modo a “vincular o feminismo a um processo global de transformação social”. As principais áreas reivindicadas pelas mulheres petistas estavam relacionadas com: trabalho, educação, saúde e violência doméstica.

Não é mera coincidência que anos mais tarde as mulheres do PT se envolveram na organização da Marcha Mundial de Mulheres, que surgiu como uma ação internacional no ano de 2000, contra a pobreza e a violência sexista, além de pautar denúncias contrárias às políticas neoliberais. Convergência ideológica com temas já historicamente defendidos pelas petistas, pois desde os primeiros registros por nós analisados a condição do trabalho das mulheres com a desvalorização e diferenciação salarial, além da falta de oferta de trabalho para mulheres fora sempre denunciado pelas mulheres petistas; a falta de creches e as condições precárias de mobilidade urbana, problemas que – associados à divisão sexual do trabalho e das funções sociais – também dificultam a qualidade de vida das mulheres trabalhadoras, são pontos também elencados; a violência sexual e doméstica é outra questão sempre pontuada como realidade a ser banida por meio de políticas “que garantam a autonomia pessoal e econômica das mulheres”, bem como promova prevenção e apoio às vítimas, além de constituição de legislação específica; por fim, a saúde física e mental das mulheres também são aspectos denunciados e constantemente abordados em conjunto com a defesa irrestrita ao aborto seguro. Diziam elas:

O aborto constitui-se numa importante causa de mortalidade materna. É importante que as prefeituras implantem programas de realização de aborto nos casos previstos por lei (estupro e risco de vida da mãe) junto à rede municipal de saúde, assim como garantir o atendimento na rede pública, em condições humanitárias, às mulheres com problemas decorrentes de aborto, como mecanismo para romper com o silêncio, garantindo este direito (PT Informa, 1997).

#### 4. APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

É difícil mensurarmos o quanto uma ou outra daquelas posições referente à relação entre o partido e o movimento de mulheres fora “vitoriosa”. O fato é que, como procuramos pontuar aqui, a organização das mulheres petistas nasce da organização social destas atrizes anos antes da emergência do PT. A própria fundação do Partido dos Trabalhadores, em si, é marcada por este **novidade**: sua relação orgânica com “os de baixo”. As transformações desta relação, aproximações e/ou distanciamentos a cada período da história, marca na verdade a dinâmica interna de cada uma das instituições. Como pontuamos anteriormente, a redemocratização demandou dos atores sociais novas formas organizativas, novos modelos de participação e com o tempo as interações institucionais tornaram-se cada vez mais intensa.

Os estudos preocupados em analisar detidamente “**o caso PT**” – seja pelos eixos interessados na fundação e a “novidade petista”; na inserção institucional e o “modo petista de governar”; ou sobre chegada ao Planalto e transformações partidárias – apontam de um modo ou de outro que os movimentos sociais foram atores fundamentais na fundação do PT e que no transcorrer de sua história o partido fora se desvinculando das ruas. Chama-nos atenção, porém, o demasiado peso dado por estes trabalhos para os movimentos sindicais, estudantis e da luta pela terra, como movimentos genuinamente fundantes do PT. Não que todos eles não marque profunda importância, mas valeria investigarmos com maior zelo o peso do movimento de mulheres nesta história, pois como procuramos pincelar neste trabalho, esta relação (PT X Movimento de Mulheres/Feminista) marca significativamente traços de uma parcela organizativa do partido pautando, assim, suas próprias estratégias de atuação.

Por isso, mesmo que possamos ainda argumentar que as mulheres não ocupam protagonismo nos espaços representativos da política formal, suas pautas e demandas têm de alguma forma conquistando espaço e sendo incorporadas pelo *campo político*. Neste sentido, nos parece que o PT fora um vetor fundamental neste processo. Não à toa suas administrações municipais foram pioneiras em implantar políticas públicas para mulheres, e não por acaso uma das primeiras medidas adotadas pelo ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva fora a implantação da Secretaria Especial de Política para Mulheres – SPM (2003) responsável por (segundo sua missão institucional) “promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal



e excludente” (...) “a partir de um processo contínuo de cooperação transversal entre a SPM e os demais Ministérios, a sociedade civil e a comunidade internacional”.

Em que pese todas as problemáticas típicas dos espaços institucionais, a SPM parece ter sido um esforço de tirar do papel uma ação rumo ao anunciado “Plano de Igualdade” discutido por tantos anos pelas mulheres petistas em conjunto com o movimento social de mulheres e feministas. Diante disso, alguns aspectos demandam ainda atenção especial em trabalhos futuros. Vale, pois nos atermos aos embates referentes às disputas sobre cada um dos temas: há visões divergentes quando ao aborto? Como as mulheres pensam especificamente a questão do mundo do trabalho? Como encaram a noção de autonomia frente às problemática da violência doméstica?

Ao que se refere especificamente ao debate acerca das ações afirmativas internas, se de um lado o objetivo da reivindicação estava em possibilitar maior inserção na vida política do partido para pautar demandas para além do próprio PT, o que averiguamos até aqui parece ser uma faceta virtuosa da ação destas mulheres. No entanto, a efetividade das cotas internas – revertidas recentemente em paridade – foi alvo de pouco estudos e reflexões. É bem verdade que a própria cultura machista impregnada nas instituições de poder demandam tempo e reformulações profundas em suas dinâmicas para serem alteradas, mas por assim dizer “a presença das mulheres de forma coletiva impõe alterações na dinâmica da relação entre os sexos e força os espaços partidários a não funcionar exclusivamente como clubes machistas” (Godinho, 1996, p. 155).

Cabe agora responder de forma mais substantiva “quem são as responsáveis por ocupar os espaços de poder abertos pelas cotas”, como já vem sendo delineado de alguma forma por Pinho (2012, 2016)<sup>8</sup> e cujo objetivo principal motiva minha própria tese de doutorado.

---

<sup>8</sup> Pinho, Tassia Rabelo defendeu em 2012 dissertação junto ao IESP-UERJ acerca dos Vinte Anos da Experiência das Cotas de Gênero no PT e recentemente publico artigo na Ver. Em Tese intitulado “As mulheres dirigentes do partido dos trabalhadores: perfil e desafios à representação substantiva”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Clara (1999) As Cotas para Mulheres e as Eleições de 1996 e 1998 - Analisando Resultados e Perspectivas. *Teoria & Sociedade (UFMG)*, n.4.
- \_\_\_\_\_, (2001) Potencialidades e Limites da Política de Cotas no Brasil. *Estudos Feministas*. Ano 9, v.1 p. 231-252.
- \_\_\_\_\_, (2005) Partidos Políticos e Gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na política. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 24, n.24, p. 193-216.
- \_\_\_\_\_, (2010) “Rotas de ingresso, trajetórias e acesso de mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina”. *Revista Estudos Feministas*, v. 18, n. 2, p. 567-584.
- \_\_\_\_\_, (2012) Cidadania democrática e inserção política das mulheres. *Revista Brasileira de Ciência Política (Impresso)*, v. 9, p. 147-168. Avelar (1989, 2001, 2007)
- BARREIRA, I; GONÇALVES, D.N. (2012) “Presença” e “ausência” de candidatas: mapeando representações de dirigentes partidários. In: ALVES, J.E.D; PINTO, C. R. J.; JORDÃO, F (org.), *Mulheres nas eleições 2010 - São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres*, 2012.
- BORBA, A. FARIA N. GODINHO, T. (org) *Mulher e política – Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.
- BIROLI, F. 2013. *Autonomia e desigualdade de gênero: contribuições do feminismo para crítica democrática*. Vinhedo, Ed. Horizonte.
- DAHL, Robert. *Um Prefácio à Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- \_\_\_\_\_. *La igualdad política*, 2008. 1ª edição, Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica.
- \_\_\_\_\_. *A Poliarquia: Participação e Oposição*. 2012. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1ª Edição, 2ª reimpressão.
- DIAMOND, L e MORLINO, L. 2005. *Assessing the quality of democracies*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- LÜCHMANN, L. & ALMEIDA, C. C. R., (2010) “Representação política das mulheres nos conselhos gestores de políticas públicas”. *Katálysis*, v.13, n.1, p. 86-94.
- NORRIS, P. (1985) "Women in European Legislative Elites". *West European Politics* 8(4): 90-101.
- \_\_\_\_\_. (1996). 'Legislative Recruitment.' In *Comparing Democracies* eds. Lawrence LeDuc, Richard G. Niemi and Pippa Norris. Newbury Park, Ca:Sage.
- \_\_\_\_\_, 2013. Recrutamento político. *Revista de Sociologia e Política*, 21(46), pp.11–32
- OKIN, Susan. *Gênero, o público e o privado, o público e o privado*, *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(2): 305-332, maio-agosto/2008
- PATEMAN, Carole. (1992) *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Phillips (2001)



PRÁ, J., EPPING, L. (2012) Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 20(1): 344.

RENNÓ, L at al. 2011. Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania. São Paulo, Intermeios.

RIBEIRO, P. F., (2008) Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005. São Carlos. Tese de doutorado – Universidade Federal de São Carlos.

\_\_\_\_\_, 2013. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. Revista Brasileira de Ciência Política, nº10. Brasília, janeiro - abril de 2013, pp. 225-265

RULE, W. (1994) Political Rights, Electoral Systems and the Legislativo Representation of Women, op. cit.; JONES. Gender Quotas, Electoral Laws, and the Election of Women, op. cit.; DARCY, R., WELCH, S. e CLARCK, J.. Women, Election and Representation. Londres/Lincoln: University of Nebraska Press.

SCHATTERSCHNEIDER, E. E. 1942. Party Government. New York: Holt, Rinehart and Winston.